

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

O Globo

[Título: Megaleilão de petróleo pode render até R\\$ 100 bi](#) 3

O Estado de S. Paulo

[Título: Leilão de blocos de petróleo pode render R\\$ 100 bi](#) 8

Valor Econômico

[Título: Governo já fala em usar receitas de megaleilão para pagar Petrobras](#) 16

[Título: É preciso mudar a meta fiscal deste ano](#) 22

Sumário

VEÍCULO: O Globo **3**

Título: Megaleilão de petróleo pode render até R\$ 100 bi 3

Título: Sem queda nos preços de gasolina e gás, governo pode acionar Cade 4

Título: Eletrobras quer resolver ação coletiva nos EUA antes da privatização 6

Título: Nota 7

Título: Poder em Jogo 7

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo **8**

Título: Leilão de blocos de petróleo pode render R\$ 100 bi 8

Título: Petrobrás quer mudar formato de PLR.....	9
Título: MPF libera leilão de fábrica de amônia da estatal em MG.....	10
Título: Conta rachada com os pobres	11
Título: MPF pede a Moro a condenação de Bendine.....	12
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	13
Título: Empresas da Eletrobrás vão à venda em abril.....	13
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	14
Título: Gasolina pior para os reclamões.....	14
VEÍCULO: Valor Econômico	16
Título: Governo já fala em usar receitas de megaleilão para pagar Petrobras.....	16
Título: Puxada pelo pré-sal, produção de petróleo cresce 4% em 2017.....	18
Título: Consumo de energia aumenta em todos os segmentos	19
Título: Reserva de R\$ 12 bi é sinal ao Congresso	20
Título: É preciso mudar a meta fiscal deste ano	22
Título: Produção de petróleo dos EUA supera 10 milhões de barris	24
Título: Destaques	26
Título: Eletrobrás avança em venda de R\$ 4 bilhões	27
Título: Primos vão acionar Steinbruch na Justiça.....	28
Título: ArcelorMittal está otimista com mercado brasileiro.....	30
Título: Minério e petróleo dão continuidade a alta em janeiro.....	32

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Manoel Ventura, Ramona Ordoñez e João Sorima Neto****Título: Megaleilão de petróleo pode render até R\$ 100 bi**

Certame só pode ocorrer até o dia 7 de julho em razão do calendário eleitoral

-BRASÍLIA, RIO E SÃO PAULO- O secretário de Petróleo e Gás do Ministério de Minas e Energia (MME), Márcio Félix, confirmou que o governo pode arrecadar entre R\$ 80 bilhões e R\$ 100 bilhões em um megaleilão de petróleo ainda neste ano. A licitação, porém, precisa ser realizada até 7 de julho, em razão das restrições impostas pela legislação eleitoral.

O certame também depende de um acerto entre a União e a Petrobras sobre a cessão onerosa — um acordo fechado em 2010 que deu à estatal o direito de explorar cinco bilhões de barris de petróleo no pré-sal. É na área desse contrato que estão as reservas bilionárias. — O governo está trabalhando para fazer esse leilão. A data-limite é 7 de julho.

Estamos trabalhando para criar um cronograma factível. Precisa de um entendimento prévio com a Petrobras e precisa decidir até março. Uma estimativa que a gente pode trabalhar é o bônus entre R\$ 80 e R\$ 100 bilhões — disse o secretário. Para Félix, apesar da cifra multibilionária, não haverá falta de interesse no mercado.

— Pode esvaziar os leilões em outros países — afirmou, após participar da assinatura dos contratos, com seis consórcios, para exploração das áreas do pré-sal que foram à leilão em outubro passado. O governo corre contra o tempo para decidir sobre o leilão até meados de fevereiro para que uma reunião do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), em março, possa editar a resolução com as regras para o certame.

Quando o contrato de cessão onerosa foi assinado, em 2010, ainda não havia informações precisas sobre o volume integral de óleo disponível na região. Levantamentos posteriores mostraram que havia um volume adicional ao previsto no acordo, de seis bilhões a 15 bilhões de barris de petróleo, que passou a ser chamado de excedente da cessão onerosa.

É parte desse petróleo que a União pretende vender, o que deve ajudar a reforçar o caixa do Tesouro. Em evento do Credit Suisse para investidores, em São Paulo, o presidente da Petrobras, Pedro Parente, disse que uma reunião com o governo está marcada para o início deste mês. Em relação ao megaleilão, disse que a companhia será “extremamente seletiva”: — A empresa é

extremamente seletiva porque passa por uma questão financeira importante. A gente tem que fazer valer realmente cada investimento que faz.

PRÉ-SAL À FRENTE DO PÓS-SAL

Em dezembro, a produção de petróleo e gás natural do pré-sal superou pela primeira vez o volume produzido em campos do pós-sal, de acordo com dados do boletim de produção da Agência Nacional do Petróleo (ANP). A produção total somou 3,32 milhões de barris diários, dos quais 1,68 milhão foi de campos do pré-sal.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Geralda Doca, Eliane Oliveira, Ramona Ordoñez e João Sorima Neto

Título: Sem queda nos preços de gasolina e gás, governo pode acionar Cade

Objetivo é verificar se há cartel de revendedoras ou distribuidoras.

-BRASÍLIA, RIO E SÃO PAULO- O governo quer saber por que as reduções nos preços da gasolina e do gás feitas pela Petrobras nas refinarias não estão sendo repassadas ao consumidor final. Para isso, pretende acionar os órgãos de defesa da concorrência, como o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), e até o Ministério Público.

O objetivo é investigar se revendedoras ou distribuidoras estariam praticando cartel — por meio da combinação de condutas e preços — o que configuraria uma prática anticompetitiva de mercado.

Segundo um auxiliar do presidente Michel Temer, um diagnóstico sobre a flutuação dos preços dos combustíveis, realizado pelo Palácio do Planalto, indica que os revendedores estão ampliando a margem de lucro porque não reduzem o valor da gasolina nas bombas quando a Petrobras diminui o preço do combustível.

A avaliação é que, na prática, o sistema de flutuação de preços não está funcionando. A economia brasileira é de livre mercado. Sendo assim, o governo não pode obrigar um posto de gasolina, por exemplo, a reduzir o preço porque o produto ficou mais barato na refinaria.

Porém, pode punir empresas que combinarem condutas anticoncorrenciais, como estabelecer preços iguais, o que configuraria um cartel. Entre as penalidades, está a cobrança de multa de 0,1% a 20% do faturamento bruto do estabelecimento.

‘POSTO ABSORVEU PARTE DA ALTA’

Em evento do banco Credit Suisse ontem em São Paulo, o presidente da Petrobras, Pedro Parente, destacou que a estatal “não tem capacidade” para definir preços. Isso porque a empresa acompanha as cotações internacionais. Ele defendeu a política adotada no ano passado, que acompanha os preços internacionais, ressaltando que, sem ela, a estatal perderia mercado. — Quando se reclama do preço, há um erro no enfoque. O problema não está na Petrobras, que não tem poder de definir preços.

É arrogância pensar que a Petrobras é formadora de preços. Nós reagimos à flutuação da commodity no mercado internacional — afirmou Parente, acrescentando que, nas refinarias, o preço do produto é um terço do cobrado nas bombas. Os impostos entram na composição do preço ao consumidor.

Além disso, em meados do ano passado, o governo federal elevou a alíquota de PIS/Cofins, como parte da estratégia para aumentar a arrecadação e permitir o ajuste fiscal. — No Rio, quando você paga por um litro de gasolina, 34% do preço vêm do ICMS, sem contar PIS/Cofins e Cide — disse o presidente do Centro Brasileiro de Infraestrutura, Adriano Pires.

Paulo Miranda, presidente da Fecombustíveis, que reúne as revendedoras, nega que o problema esteja nas bombas. Ele ressaltou que os governos estaduais reajustam com frequência o ICMS sobre os combustíveis. — Não foram os postos os responsáveis pelos preços, pois eles repassaram menos do que os aumentos nas refinarias e na distribuição — disse Miranda.

— A carga de impostos é muito elevada, e, em alguns casos, como no Rio, supera os 50% do preço final. O governo pode procurar cartel que não vai encontrar. O posto absorveu parte dos aumentos. Segundo dados da Petrobras, em outubro de 2016, do preço total da gasolina de R\$ 3,69 o litro, a parcela da estatal era de R\$ 1,10, sem impostos.

Já em dezembro, em um litro de R\$ 4,11, a parcela da Petrobras era de R\$ 1,21. O presidente da Plural, associação que reúne as distribuidoras, Leonardo Gadotti, preferiu não comentar o assunto, uma vez que os preços são livres e são definidos por cada empresa. Mas também citou a alta carga de impostos como um dos fatores a impedir que os preços caíam para os consumidores.

PESQUISAR É PRECISO

Já Sérgio Bandeira de Mello, presidente do Sindigás, ressaltou que os preços finais do GLP são definidos pela concorrência no mercado. Mas, segundo ele, em 2017, os preços da refinaria subiram muito mais do que o repassado ao

consumidor. — Nunca houve apropriação de margem pelas distribuidoras — garantiu Mello.

Adriano Pires lembra que é preciso pesquisar preços: — Se o consumidor for a cinco postos de gasolina no Rio e todos estiverem cobrando o mesmo valor, deve acionar a ANP ou o Procon. Há diferenças de custos entre as zonas Norte e Sul, por exemplo. Ele diz que, com a nova política da Petrobras, “é preciso ficar atento ao comportamento de distribuidoras e revendedoras”.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor:

Título: Eletrobras quer resolver ação coletiva nos EUA antes da privatização

Estatual avaliará ofertas de acordo, diz presidente da empresa

A Eletrobras tem conversado com autoridades nos EUA para tentar encerrar um processo contra a companhia na Justiça americana antes de sua privatização. O governo brasileiro quer concluir a operação no segundo semestre de 2018 por meio de oferta de novas ações da empresa, disse ontem à Reuters o presidente da estatal, Wilson Ferreira Júnior.

A Eletrobras é alvo de ação coletiva de investidores dos EUA que alegam ter sofrido prejuízos devido ao envolvimento da empresa em casos de corrupção, descobertos pela Operação Lava-Jato. — O que a gente tem de conhecimento é que, no curso dos processos, pode haver iniciativas de acordo, e vamos apreciar cada uma delas — afirmou.

A Eletrobras tem conversado com o Departamento de Justiça dos EUA, a Securities and Exchange Commission (SEC, órgão regulador do mercado americano) e investidores, segundo Ferreira, que não quis comentar se a empresa aceitaria um acordo que envolvesse um pagamento para encerrar as ações, como o anunciado recentemente pela Petrobras.

— A única coisa que posso colocar é o seguinte: estamos contribuindo com cada uma dessas instâncias... para que a gente venha, junto dessas autoridades, a chegar a um bom termo, e no prazo mais breve possível. Idealmente, antes da emissão (de ações) — observou. Ele ressaltou, no entanto, que a Eletrobras se autodenunciou às autoridades após os achados da Lava-Jato: — Agora, estamos iniciando os trabalhos para tentar recuperar valores e estamos contribuindo com as autoridades brasileiras e americanas.

Ferreira prevê que a oferta de ações que deve reduzir a fatia do governo federal na companhia a uma posição minoritária, efetivando a desestatização, deve acontecer no segundo semestre. O projeto para privatizar a empresa foi enviado neste mês pelo Planalto ao Congresso, onde será relatado pelo deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA), que já foi presidente de uma subsidiária da Eletrobras no Nordeste, a Chesf.

Críticas públicas de Aleluia ao projeto e sua ligação com a Chesf geraram expectativa entre especialistas de que o texto possa ser alterado. Questionado sobre se é viável um avanço da privatização sem a inclusão da Chesf ou outras subsidiárias, como Furnas, Ferreira foi enfático: — Não, não é... Não vejo sentido nisso, os ativos têm sinergias — afirmou, defendendo que a união de todas as subsidiárias da Eletrobras é que possibilita à companhia ganhos de escala e eficiência.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Rio / colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: Nota

Melhor do que a Petrobras

Acredite. A Odebrecht, com a nota máxima (100), saiu-se melhor do que a Petrobras (92) no Programa Anticorrupção da Transparência Internacional. A ONG explica que empresas envolvidas em escândalos se saíram bem, basicamente porque “aprenderam a lição, mudaram de atitude e investiram muito em programas de conformidade”.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Página 2 / colunas

Autor: Lydia Medeiros

Título: Poder em Jogo

Ajuste regional

Relator do projeto de privatização da Eletrobras, José Carlos Aleluia (DEM-BA) vai propor um mecanismo permanente para financiar a revitalização do Rio São Francisco. “O projeto deve levar em conta questões regionais. Não passa como está”, afirma.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor: Anne Warth / Carla Araújo / Daiene Cardoso****Título: Leilão de blocos de petróleo pode render R\$ 100 bi**

Governo quer realizar até o fim de junho a venda de áreas cedidas à Petrobrás em 2010.

O governo quer cobrar R\$ 100 bilhões em bônus de outorga das empresas que disputarem o leilão de seis blocos cedidos à Petrobrás em 2010 na Bacia de Santos. O secretário de Petróleo e Gás do Ministério de Minas e Energia Márcio Félix, disse que o governo trabalha para realizar essa licitação até o fim de junho, por conta das restrições do calendário eleitoral.

A cessão onerosa foi um contrato por meio do qual a União deu à Petrobrás o direito de explorar e produzir cinco bilhões de barris de petróleo e gás em seis blocos na bacia.

Estudos contratados pela Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANP) apontam que as áreas de Franco, Florim, Nordeste de Tupi, Sul de Tupi, Sul de Guará, Entorno de Iara e Peroba, todas na Bacia de Santos, têm reservas confirmadas de no mínimo seis bilhões e no máximo 15 bilhões de barris. Para Félix, o valor cobrado pelo governo não é elevado.

“O valor da reserva, considerando o mínimo, de seis bilhões de barris, a US\$ 70 por barril, é de mais ou menos US\$ 420 bilhões, algo entre R\$ 1,2 trilhão a R\$ 1,3 trilhão”, disse. “Pensar em cobrar R\$ 100 bilhões para ter acesso a isso não é impossível”. O governo vai fazer uma reunião extraordinária em março para discutir a licitação no Conselho Nacional de Política Energética.

O CNPE é um órgão de aconselhamento da Presidência da República, composto por ministros e presidido pelo MME. O prazo, admitiu o secretário, é curto. Para a licitação, a União precisa fechar um acordo com a Petrobrás, sobre a revisão dos termos do contrato original de cessão onerosa, assinado em 2010. A cessão onerosa foi fundamental no processo de capitalização da Petrobrás.

A operação permitiu que o governo recebesse R\$ 74,8 bilhões para ceder, sem licitação, cinco bilhões de barris de petróleo do pré-sal. Em troca, o governo comprou R\$ 42,9 bilhões em ações da companhia.

Revisão.

Em 2015, as duas partes deveriam ter entrado em acordo sobre a revisão dos termos desse contrato, mas até hoje isso não ocorreu. Embora a área cedida tenha uma reserva muito superior a esse volume, o preço do petróleo caiu em relação a 2010.

Por isso, tanto a União quanto a Petrobrás argumentam ser credoras nessa renegociação. O valor poderá ser pago em dinheiro ou óleo equivalente. De acordo com Félix, a negociação não precisa estar totalmente concluída para a licitação. Na avaliação dele, basta que União e Petrobrás consigam chegar a um pré-entendimento.

O presidente da Petrobrás, Pedro Parente, disse que a empresa será seletiva no leilão e que não deve disputá-lo sozinha. “A empresa é extremamente seletiva porque passa por uma questão financeira importante e temos de fazer valer cada investimento. Vamos continuar ativos, mas seletivos”.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Fernanda Nunes

Título: Petrobrás quer mudar formato de PLR

Participação nos lucros seria atrelada a metas financeiras, e não mais a resultados operacionais, como é hoje; sindicatos são contra.

A direção da Petrobrás quer atrelar o pagamento da participação nos lucros e resultados (PLR) aos funcionários ao cumprimento de metas financeiras, como redução de custos, e não mais a métricas operacionais, como de produção de petróleo. A mudança foi proposta à Federação Única dos Petroleiros (FUP), representante dos empregados.

Se aprovada, valerá para a demonstração contábil de 2019 e distribuição do lucro em 2020. Para este ano, é esperado o pagamento relativo ao exercício de 2017, ainda que a empresa registre prejuízo. De janeiro a setembro, 103% das metas operacionais foram cumpridas. Os dados do quarto trimestre vão ser divulgados no mês que vem, mas a estatal já comunicou que ao menos os índices de produção de petróleo e gás foram atingidos.

Com as mudanças, a Petrobrás pretende adequar a distribuição do lucro a seu plano de negócios para o período de 2017 a 2021, focado em duas metas: uma de segurança e outra financeira. Procurada, a empresa não se pronunciou, mas sindicalistas que participam da discussão afirmaram que a estatal alega que, por lei, não é possível adotar métricas de segurança para definir o PLR. Assim, restam as financeiras.

A empresa quer impor seis indicadores de desempenho: de margem Ebitda (geração de caixa), fluxo de caixa livre, gastos operacionais gerenciáveis, custo de extração no Brasil e exterior, custo operacional do refino e volume de petróleo e derivados vazados, este, o único operacional. Assim, a produção de volumes mínimos de petróleo deixaria de ser considerada e o que passaria a contar seria a extração ao menor valor.

A FUP já manifestou que não concorda com as alterações, porque considera que os empregados não têm ingerência sobre as finanças da empresa, e disse à equipe de recursos humanos com a qual negocia o PLR que não chegará a um acordo. Por enquanto, valem as regras definidas em 2013, na gestão da ex-presidente Graça Foster.

Após reunião na sede da Petrobrás, no Rio, na segunda-feira, o coordenador-geral da FUP, José Maria Rangel, publicou vídeo em que informa a posição do sindicato. “Não aceitamos as proposições da companhia. Queremos discutir a empresa como um todo. E propusemos aos gestores de RH um calendário para a gente discutir.”

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor:

Título: MPF libera leilão de fábrica de amônia da estatal em MG

O Ministério Público Federal (MPF) de Minas liberou a Petrobrás para desmobilizar a fábrica de amônia que começou a construir em Uberaba. Ontem, enviou ofício ao presidente da empresa, Pedro Parente, no qual afirma que o melhor que a empresa tem a fazer é leiloar os equipamentos que sobraram e que investigará o “dano ao erário e consequentes responsabilidades” pelo cancelamento do projeto.

A fábrica de fertilizantes foi um dos investimentos cancelados pela estatal desde que entrou em crise financeira. O MPF havia recomendado o adiamento do leilão das sobras, mas agora diz que, sem infraestrutura de distribuição de gás natural para abastecer a fábrica, o projeto é inviável.

A Petrobrás investiu R\$ 649,38 milhões na usina. Parte das máquinas foi utilizada em outras unidades. O restante será vendido em leilão entre os dias 20 e 22 de fevereiro. O lance inicial será de R\$ 19,5 milhões. / F.N.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção:** Notas & informações**Autor:****Título:** Conta rachada com os pobres

Uma conta de até R\$ 20 bilhões será rachada entre todos os brasileiros, neste ano, para atender a interesses minoritários. Os ganhadores serão servidores federais, empregados da Eletrobrás, ricos investidores em fundos fechados e sócios de empresas desoneradas de contribuições sociais. Os maiores perdedores serão os pobres. Se nada mudar, o governo enfrentará uma severa frustração de receita e ao mesmo tempo despesas superiores às planejadas. Será forçado, portanto, a um doloroso aperto financeiro, mais penoso que o necessário, em condições políticas menos adversas, para mais um ano de ajuste das contas públicas. É preciso respeitar o teto de gastos, manter o déficit primário dentro do limite de R\$ 159 bilhões e ainda preservar a chamada regra de ouro, sem tomar empréstimos para financiar despesas de custeio, como salários. Ainda se desconhece o tamanho da correção necessária, mas um corte definitivo de gastos entre R\$ 5 bilhões e R\$ 8 bilhões é dado como certo em Brasília.

Os obstáculos são políticos, muito mais que financeiros. Um ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski, impediu o governo de adiar o aumento salarial do funcionalismo. A reoneração da folha de pagamento das empresas, com restabelecimento das contribuições previdenciárias normais, ficou emperrada no Congresso. O cancelamento de gastos deve compensar os dois empecilhos e evitar o rompimento do teto de gastos. Mas outras incertezas permanecem e tornam justificável o contingenciamento de outras despesas. Não se trata, aí, de cancelamento definitivo. Se a execução orçamentária evoluir bem, o governo poderá restabelecer os gastos programados. A privatização da Eletrobrás, bloqueada inicialmente pela Justiça e agora dependente da aprovação de um projeto de lei, é uma das dúvidas mais importantes. Na incerteza, o bloqueio de cerca de R\$ 12 bilhões pode ser inevitável. Talvez o corte definitivo seja mantido na faixa prevista. Mas o contingenciamento adicional afetará o ritmo de realização das despesas. Também afetará a qualidade da execução orçamentária, prejudicando a oferta de serviços públicos.

Quanto mais limitado o cumprimento do programa original, maior o custo imposto a muitos milhões em benefício de um número pequeno de favorecidos. Mas o prejuízo será muito maior, nos próximos anos, se a administração fracassar nos ajustes e nas reformas. No ano passado, o déficit primário do governo central ficou em R\$ 124,4 bilhões pelas contas do Tesouro ou em R\$ 118,4 bilhões pelos cálculos do Banco Central (BC). Em qualquer caso, bem

abaixo do limite de R\$ 159 bilhões. Ainda assim, o déficit foi muito grande, porque o superávit de R\$ 58 bilhões contabilizado pelo Tesouro foi pulverizado pelo déficit de R\$ 182,4 bilhões da Previdência, que mais uma vez evidencia a urgência da reforma previdenciária. O conjunto do setor público – União, Estados, municípios e estatais – fechou o ano com déficit primário de R\$ 110,6 bilhões, graças a resultados positivos de governos subnacionais.

Somando-se a esse resultado a conta de juros, chega-se ao déficit nominal de R\$ 511,4 bilhões, 7,8% do Produto Interno Bruto (PIB). Em 2016, o buraco havia correspondido a 8,9% do PIB. A melhora decorreu de uma forte restrição de gastos, de maior arrecadação propiciada no segundo semestre pela recuperação econômica e por um importante conjunto de receitas extraordinárias. Receitas especiais, como a da privatização da Eletrobrás, ainda incerta, continuam muito importantes para os planos oficiais. Juros básicos em queda, graças à inflação reduzida, atenuaram as despesas financeiras, mas, ainda assim, a dívida bruta do governo geral chegou a R\$ 4,8 trilhões, ou 74% do PIB. Em um ano essa proporção subiu 4,1 pontos percentuais. Conter o endividamento é um desafio crucial. Se o peso da dívida em relação à economia seguir aumentando e o crédito do País continuar sendo rebaixado, será difícil evitar um desastre financeiro. A maior parte da conta irá, de novo, para os pobres e mais vulneráveis.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Política

Autor: Luiz Vassallo / Julia Affonso / Ricardo Brandt

Título: MPF pede a Moro a condenação de Bendine

Ex-presidente da Petrobrás é acusado de receber propina de R\$ 3 mi da Odebrecht.

A força-tarefa da Operação Lava Jato pediu, em alegações finais ao juiz federal Sérgio Moro, que o ex-presidente da Petrobrás Aldemir Bendine seja condenado por corrupção passiva, lavagem de dinheiro e organização criminosa. Bendine foi preso no dia 27 de julho do ano passado, alvo da Operação Cobra, 42.ª fase da Lava Jato, e foi denunciado sob acusação de ter recebido R\$ 3 milhões em propinas da Odebrecht. No documento, o Ministério Público Federal também requer a condenação de André Gustavo Vieira da Silva e Álvaro Novis, apontados como operadores do repasse dos R\$ 3 milhões da Odebrecht a Bendine, do empresário Marcelo Odebrecht e do ex-executivo da empreiteira Fernando Reis. Os procuradores solicitam a absolvição de Antonio Carlos Vieira da Silva, irmão de André Gustavo.

De acordo com delatores da Odebrecht, quando era presidente do Banco do Brasil, Bendine exigiu da empreiteira R\$ 17 milhões correspondentes a 1% do valor de uma dívida que teria sido renegociada na instituição financeira. No entanto, ele acabou recebendo, segundo o Ministério Público Federal, R\$ 3 milhões, quando já estava no comando da Petrobrás. Nas alegações finais, foram imputados a Bendine dois crimes de corrupção passiva, três de lavagem de dinheiro e dois de organização criminosa. A força-tarefa ainda requer dos acusados multa de R\$ 3 milhões. Por ser, para os procuradores, “o responsável pelas tratativas de André Gustavo com Marcelo Odebrecht e Fernando Reis para solicitação de propinas, tendo delegado àquele, que atuava como seu operador financeiro, as negociações quanto ao recebimento das vantagens indevidas”, Bendine deve ter sua pena agravada.

Já para André Gustavo, que relatou ter recebido de R\$ 3 milhões em nome do ex-presidente da Petrobrás, a Procuradoria pede “aplicação da causa de diminuição de pena prevista no artigo 14 da Lei n.º 9.807/1999 – de proteção especial a vítimas e testemunhas, no patamar mínimo de 1/3 (um terço)”. Antonio Carlos aparece na ação por ter emprestado um apartamento para seu irmão, em São Paulo, onde um motorista de André Gustavo teria deixado o dinheiro da Odebrecht. Ao pedir a absolvição de Antonio Carlos, a Procuradoria afirma que testemunhas do Setor de Operações Estruturadas da Odebrecht, o “departamento de propina” da empreiteira, afirmaram que não o conheciam.

“Em que pese haver os indicativos de que Antonio Carlos teria concorrido para o repasse de propina a Aldemir Bendine, cedendo o imóvel do qual era locatário e mediante contatos com empresa de turismo para contratação de hospedagem a Aldemir Bendine, que, frise-se, foi paga com dinheiro proveniente da conduta criminosa, não existem outras provas que reforcem ou evidenciem a efetiva participação de Antonio Carlos no esquema delitivo do então presidente da Petrobrás e de seu operador financeiro”, diz a força-tarefa nas alegações finais. A reportagem entrou em contato com a defesa de Bendine e dos outros citados pela Procuradoria, mas não houve resposta até a conclusão desta edição.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Thaís Hirata /São Paulo

Título: Empresas da Eletrobrás vão à venda em abril

Privatização deve ser votada em junho

A Eletrobrás espera que o projeto de lei sobre a sua privatização seja votado em junho, segundo o presidente da empresa, Wilson Ferreira Júnior. “Nós

trabalhamos na Eletrobrás com um cronograma para deliberar até julho. Em junho, preciso ter o processo decisório. Até lá, precisamos ter o trabalho de qual a melhor forma de cindir as empresas, de modificar os estatutos e abrigar as condições que estão no projeto de lei. Acho que tem bastante tempo para fazer isso”, disse.

Entre as medidas que serão tomadas até lá está a venda de 74 SPEs (sociedades formadas para executar determinados empreendimentos) da empresa, o que ocorrerá até abril deste ano, afirmou.

A expectativa é levantar cerca de R\$ 4 bilhões com a venda dos ativos —que são usinas eólicas e linhas de transmissão em que a estatal tem participação.

O cronograma e a modelagem das vendas das SPEs serão anunciados em fevereiro, disse. Os atuais acionistas da estatal —entre eles a 3G Radar e o JPMorgan — terão preferência.

Em relação aos débitos bilionários das seis distribuidoras, cuja venda também está prevista para ocorrer até abril, o presidente disse que a assembleia geral da estatal é soberana para decidir sobre uma eventual absorção dos recursos. A recomendação, diz ele, é que a controladora fique com R\$ 11 bilhões da dívida e que os demais R\$ 8,5 bilhões fiquem com as distribuidoras, mas a decisão final vai depender dos acionistas.

A dívida é um dos maiores entraves para a venda das empresas —tema que será definido na próxima reunião de acionistas da estatal, em fevereiro.

A contratação de estudos para a privatização da Eletrobrás —outra etapa importante do processo— deverá ocorrer independente da aprovação da medida provisória 814, disse Marco Aurélio Silva, secretário do PPI (Programa de Parcerias de Investimentos).

AMP, editada em dezembro, foi duramente criticada pelo Congresso e está suspensa por liminar judicial. O texto traz medidas para destravar a privatização e a companhia aguardava da queda da liminar para iniciar os estudos.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Opinião

Autor: Ari Cunha

Título: Gasolina pior para os reclamões

Houve tempo em que o governo federal podia resumir sua gestão com o lema:

“Governar é abrir estradas”. Mas isso foi 90 anos atrás, quando Washington Luís usou dessa frase durante a inauguração da primeira rodovia construída no país ligando o Rio de Janeiro a Petrópolis, em agosto de 1928.

De lá para cá, com poucas variações, seguimos teimando em interligar o país apenas por rodovias asfaltadas, amarrando nossos destino e desenvolvimento às boleias dos caminhões, indiferentes às mudanças do tempo. Houvéssemos optado, no século passado, pelo transporte ferroviário em larga escala, sem dúvida alguma estaríamos muito mais à frente em termos de desenvolvimento econômico.

Nenhum país desenvolvido pode alcançar esse estágio econômico prescindindo do transporte ferroviário. Não seria exagero dizer que as ferrovias formam o principal e mais básico eixo de infraestrutura capaz de alavancar e garantir o progresso. Não é por acaso que é, de longe, o principal meio de transporte de cargas e de pessoas daqueles países.

Ao atrelar a economia brasileira, fundamentalmente, às rodovias, imediatamente, passamos a depender do petróleo e de seus derivados, do pneu do caminhão ao asfalto das próprias rodovias. Com a formação dos cartéis internacionais do petróleo no fim dos anos 1970, passamos de dependentes dos combustíveis fósseis a reféns dos grandes produtores, tipo Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep). Mesmo ao nos tornarmos um dos 10 maiores produtores de petróleo do mundo, prosseguimos, por outras vias, dependentes e amarrados à indústria petrolífera, principalmente agora com a flutuação diária dos preços do produto no mercado internacional.

O tempo é delicado com a descoberta de que a estatal brasileira (Petrobras) foi usada e abusada por governos passados para financiar partidos e políticos de todas as matizes ideológicas, dentro do maior escândalo de corrupção de nossa história. Exaurida e depauperada ao máximo por verdadeiras quadrilhas, a Petrobras amargou os maiores prejuízos desde sua criação.

Obviamente, por nossa dependência crônica desses derivados, fomos chamados a reparar os danos econômicos causados à estatal, na forma de aumentos espetaculares nos preços dos combustíveis. Sob o argumento de flutuação dos preços no mercado internacional, o que os brasileiros e os brasilienses, de modo particular, têm experimentado é a surpresa na variação de preço sempre para cima, fazendo com que nossos combustíveis, inclusive o gás de cozinha, se situem entre os mais caros de todo o continente.

Em 2017, o valor médio do litro de gasolina subiu 9,16% para uma inflação anual registrada em 2,9%, ou seja, três vezes mais. O pior é que esse quadro não tem perspectiva de melhora, pois novos aumentos não estão descartados. Como

miséria pouca é bobagem, a Agência Nacional do Petróleo (ANP) autorizou agora, a venda em todos os postos de abastecimento da gasolina do tipo “formulada”, que vem a ser a gasolina combinada com outros 200 solventes. Mais barata, com menos rendimento, mais poluidora e muito mais danosa para os motores dos automóveis. Esta será a opção aos consumidores que reclamam.

É o preço que todos os brasileiros têm de pagar para tapar o rombo deixados pelas gestões passadas recentes e pelas opções feitas no início do século passado, ao amarrar nosso destino ao ouro negro, desconhecendo a lenda que fala da maldição do petróleo, e que a Venezuela, nossa vizinha e uma das maiores produtoras do planeta, é um exemplo vivo e atual.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Daniel Rittner e Rafael Bitencourt | De Brasília

Título: Governo já fala em usar receitas de megaleilão para pagar Petrobras

Ao contrário do que se previa inicialmente, a Petrobras poderá receber em dinheiro sua parte na revisão do contrato da cessão onerosa, pelo qual ganhou o direito de explorar 5 bilhões de barris de petróleo na camada do pré-sal em 2010. Essa possibilidade foi aberta pelo **secretário de Petróleo e Gás do Ministério de Minas e Energia, Márcio Félix**, que reiterou ontem o objetivo do governo de fazer um "megaleilão" até a primeira semana de julho.

"É um cronograma bastante apertado, mas factível", disse o secretário, calculando entre R\$ 80 bilhões e R\$ 100 bilhões a arrecadação potencial com o bônus de assinatura dos excedentes da cessão onerosa. Uma parte das receitas poderia, então, ser revertida à Petrobras como forma de quitar o valor devido pela União.

"Pode [ser em dinheiro]", afirmou Félix, depois da cerimônia de assinatura dos contratos de áreas licitadas na 2ª e na 3ª rodadas do pré-sal, realizadas no ano passado sob o regime de partilha.

O governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva cedeu à Petrobras o direito sobre 5 bilhões de barris localizados em seis blocos do pré-sal. A cessão precisa ser revisada usando-se as premissas mais atuais, como o preço internacional do petróleo e o volume das reservas nesses blocos.

Dois pontos vêm sendo tratados como praticamente certos no mercado. Primeiro: a estatal muito provavelmente será credora da União. Segundo: diante das restrições orçamentárias, o Tesouro Nacional não teria como

transferir recursos à empresa e o pagamento ocorreria transferindo-se o direito de exploração sobre um volume adicional de reservas.

O aceno do secretário é importante, porque dispensaria o governo de mudar a legislação. Hoje, a lei só prevê o pagamento em dinheiro. Se fosse ceder mais direitos de exploração como forma de quitar a fatura, o governo teria que editar uma medida provisória ou aprovar um novo projeto.

Félix disse que o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) deve, em reunião extraordinária, dar sinal verde em março ao "megaleilão". O excedente da cessão onerosa poderia ser licitado até 7 de julho, segundo ele, que relatou o interesse de multinacionais petrolíferas no certame. "Foi o que nos apontaram na China e em Davos", comentou, citando as duas viagens mais recentes ao exterior do **ministro Fernando Coelho Filho**.

O ministro antecipou que a economia brasileira poderá viver uma "euforia semelhante" à vivida na descoberta do pré-sal, em meados da década passada, com a decisão do governo de acelerar a exploração de áreas. Ele lembrou uma série de medidas favoráveis aos investimentos no setor - a lei que retirou a obrigação da Petrobras de participar como operadora única, flexibilização do conteúdo local, unitização das áreas adjacentes, renovação dos incentivos previstos no Repetro.

A "euforia" evocada por Coelho Filho foi traduzida em números pela Agência Nacional do Petróleo (ANP). De acordo com o diretor-geral da agência, Décio Oddone, o aumento na produção se converterá em R\$ 100 bilhões de receitas anuais ao Tesouro Nacional ao fim da próxima década. Nos próximos dez anos, acrescentou, 40 novas plataformas vão entrar em funcionamento e haverá investimentos de R\$ 850 bilhões no setor. Com isso, o país deve atingir produção diária de 5 milhões de barris.

Após a solenidade no Palácio do Planalto, ontem à tarde, o ministro foi questionado sobre o envio ao Congresso Nacional do projeto de lei que trata da reforma do setor elétrico. Ele garantiu que a proposta será encaminhada à Casa Civil, última instância revisora do governo, até sexta-feira da próxima semana. Por enquanto, segundo ele, o projeto não contempla uma solução para o impasse bilionário envolvendo o déficit de geração pelos donos de hidrelétricas (conhecido pela sigla em inglês GSF).

Coelho Filho manifestou otimismo com a possibilidade de aprovar outro projeto, o que detalha a modelagem de privatização da Eletrobrás, no primeiro semestre. Ele acredita que a deliberação da assembleia geral de acionistas da empresa sobre a emissão de ações ocorra em junho. **(Colaboraram Andréa Jubé e Cristiane Bonfanti, de Brasília)**

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Brasil****Autor: André Ramalho | Do Rio****Título: Puxada pelo pré-sal, produção de petróleo cresce 4% em 2017**

A produção nacional de petróleo cresceu 4% em 2017, para uma média de 2,622 milhões de barris diários, informou ontem a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Esse é o quarto ano seguido de crescimento, sustentado basicamente pelo pré-sal, que superou o pós-sal em relevância e, em dezembro, pela primeira vez, respondeu por mais da metade do volume de óleo e gás produzido no país.

Os números da ANP mostram, ainda, que o mercado vive uma trajetória de desconcentração: embora a Petrobras continue sendo responsável pela operação dos principais projetos do país, a participação da companhia na produção nacional de petróleo recuou 3,7 pontos percentuais no ano passado, para 77,8%.

No ano passado, a produção de óleo e gás no Brasil subiu 4,8% no Brasil, para uma média de 3,313 milhões de barris diários de óleo equivalente (BOE/dia), dos quais 1,6 milhão de BOE/dia vieram do pré-sal (48,3%), 1,45 milhão de BOE/dia do pós-sal (43,7%) e cerca de 260 mil BOE/dia de campos terrestres (8%). Em dezembro, o pré-sal já respondia por 50,7% da produção total, representando, pela primeira vez, mais da metade da produção nacional.

Alavancada pelo pré-sal, a Bacia de Santos viu a produção de óleo e gás crescer 29% em 2017, para 1,434 milhão de BOE/dia. A região ostenta, desde setembro, o posto de maior bacia produtora do país. Os dados da ANP sugerem que, mantida a tendência dos últimos meses, Santos deve se consolidar no topo do ranking em 2018. No ano passado, na média, a Bacia de Campos manteve-se na liderança, com 1,510 milhão de BOE/dia.

O aumento da produção do pré-sal tem se sustentado também na desconcentração do setor. As petroleiras estrangeiras e as petroleiras privadas nacionais (como PetroRio, Dommo Energia e Queiroz Galvão Exploração e Produção) produziram, juntas, cerca de 582 mil barris/dia de petróleo em 2017, o que representa um aumento de 25%. Para efeitos de comparação, a Petrobras aumentou em 0,4% a produção no ano passado.

Esse crescimento da parcela da produção fora da Petrobras foi puxado, sobretudo, por companhias como Shell, Petrogal e Repsol Sinopec (sócias da estatal em Lula e Sapinhoá, os maiores campos de petróleo do país). Trata-se de

um movimento natural, já que a principal fronteira de produção do país, o pré-sal, concentra projetos operados pela Petrobras em parcerias com sócios.

As áreas no pós-sal e em terra, onde geralmente a estatal opera sozinha, se encontram em fase de declínio, o que justifica o fato de a produção das demais petroleiras crescer, proporcionalmente, mais que a produção da estatal.

Para 2018, a expectativa é que a trajetória de diversificação se mantenha. A Petrobras concluiu em janeiro a venda de 35% do campo de Lapa e de 22,5% da concessão do campo de Iara, no pré-sal da Bacia de Santos, para a Total. Também foi anunciada a venda de 25% do campo de Roncador (Bacia de Campos) para a Statoil.

Além disso, os desinvestimentos em curso pela estatal somam cerca de cem campos, entre concessões terrestres e localizadas em águas rasas, que totalizam uma produção de cerca de 80 mil barris/dia.

Apesar do avanço da parcela "não Petrobras" na produção, o número de projetos operados por empresas privadas ainda é baixo e o mercado brasileiro ainda se mostra altamente concentrado nas mãos da estatal nesse quesito.

Segundo dados da ANP, os projetos operados pela estatal foram responsáveis por cerca de 93% do volume de petróleo produzido no país (a conta desconsidera as fatias dos sócios nos projetos).

Em dezembro, segundo dados da ANP, a produção total de óleo e gás, no país, subiu 0,5%, ante novembro, para 3,325 milhões de BOE/dia. A produção de petróleo cresceu 0,7%, para 2,612 milhões de barris/dia, enquanto a produção de gás natural totalizou 113 milhões de metros cúbicos diários (m³/dia), uma redução de 0,03%.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Consumo de energia aumenta em todos os segmentos

Depois de dois anos seguidos de queda, o consumo de energia do Brasil em 2017 registrou alta de 0,8% em relação ao ano anterior, totalizando 463.948 gigawatts-hora (GWh), segundo a Empresa de Pesquisa Energética (EPE). Houve alta em todos os segmentos na comparação com 2016, com destaque para a indústria, com crescimento de 1,3%, totalizando 165.883 GWh.

O setor residencial apresentou consumo de energia de 133.904 GWh no ano passado, com alta de 0,8% ante 2016. Na mesma comparação, o consumo da classe comercial avançou 0,3%, para 88.129 GWh, enquanto outros segmentos (entre eles o rural) tiveram alta de 0,7%, para 76.032 GWh.

Considerando apenas o mês de dezembro, o setor industrial também foi destaque com um crescimento de consumo de 4,4% em relação ao último mês de 2016, totalizando 13.977 GWh.

Na mesma comparação, o consumo de energia das residências cresceu 0,3%, para 11.389 GWh, e o da classe comercial aumentou 1,4%, somando 7.628 GWh. Os demais segmentos consumiram 6.294 GWh em dezembro, com queda de 0,9%, em comparação com igual período de 2016.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Fabio Graner | De Brasília

Título: Reserva de R\$ 12 bi é sinal ao Congresso

A opção do governo por fazer uma reserva de contingência com os R\$ 12 bilhões previstos para arrecadar com a Eletrobrás neste ano tem um objetivo político de passar ao Congresso um sinal claro de que vai lutar e acredita na aprovação do projeto de lei.

O caminho encontrado pela equipe econômica, após reunião realizada segunda-feira no Palácio do Planalto, tem ainda um outro efeito, que, segundo uma fonte, é "colateral", de limitar o esforço de redução de despesas ao Poder Executivo, deixando de fora o Legislativo e Judiciário e ainda as emendas parlamentares.

Ao não fazer a opção de contingenciamento tradicional, simplesmente retirando o valor a ser obtido com a privatização da Eletrobrás da estimativa de arrecadação e cortando as despesas no mesmo montante, o governo preserva o mesmo nível de receita líquida. A visão que predominou é que, se retirasse a Eletrobrás das contas, os parlamentares entenderiam que o governo já não teria mais pressa em aprovar o projeto, considerado prioritário para a equipe econômica, em especial diante dos riscos não desprezíveis de a reforma da Previdência não ser votada.

Como a legislação atual estabelece que, em caso de contingenciamento normal, os demais Poderes têm que sofrer bloqueio proporcional, a opção da reserva de contingência, prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e usada em outros períodos, acaba por poupar Legislativo e Judiciário. Além disso, a Constituição

estabelece que as emendas parlamentares têm execução obrigatória de até 1,2% da receita corrente líquida. No caso, isso significa preservar quase R\$ 150 milhões para o pagamento de recursos cujos destinos são definidos por deputados e senadores.

O valor desse montante preservado para emendas, destaca uma fonte, é muito pequeno e não foi o motivador da opção adotada, ainda que o efeito sobre a rubrica seja reconhecido. Mesmo sendo efetivamente baixo, é bom ressaltar que, especialmente em um ano eleitoral, parlamentares não costumam abrir mão de recursos, o que é sempre um mecanismo a mais de convencimento do governo para os assuntos de seu interesse nas votações do Congresso.

Na estratégia fiscal deste início de ano, o governo ainda vai cancelar de R\$ 5 bilhões a R\$ 8 bilhões de despesas, para compensar a impossibilidade de adiar o reajuste dos servidores e reduzir a desoneração da folha de pagamentos, como propôs no ano passado.

Boa parte desse cancelamento virá de reestimativas para baixo de gastos, como da Previdência, por conta do salário mínimo menor que o estimado na lei orçamentária aprovada, bem como do INPC menor do que o projetado, o que afeta também as aposentadorias acima do salário mínimo.

Essa figura do cancelamento de despesas é relativamente nova e está associada ao novo regime fiscal, que estabeleceu o teto de gastos públicos. No ano passado, esse instrumento foi utilizado em uma magnitude menor, da ordem de R\$ 4,7 bilhões.

Juridicamente, o governo terá que enviar um projeto de crédito suplementar para ampliar as despesas do Orçamento relativas a pessoal e compensação de desoneração da folha e indicando outras despesas que serão canceladas para que a meta do teto de gastos seja cumprida.

Ou seja, ainda que o cancelamento seja, em grande medida, apenas uma nova projeção de despesas, o Congresso vai ter que aprovar isso, junto com a alta nos demais gastos de pessoal e com desoneração da folha. A diferença principal é que, uma vez cancelada, a despesa não pode voltar, salvo por um novo projeto de crédito suplementar, que também indique redução de outras despesas.

No final das contas, pouco ou nada vai sobrar para contingenciar do jeito tradicional. Mas na prática, o governo está usando outros dispositivos jurídicos para fazer o que sempre faz no início do ano: limitar gastos para cumprir seus múltiplos objetivos fiscais: teto de gastos e meta de resultado primário.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Brasil****Autor: Ribamar Oliveira****Título: É preciso mudar a meta fiscal deste ano**

O leitor que acompanhou os últimos resultados fiscais do Brasil pode estar se perguntando por que razão o setor público vai passar de um déficit primário de R\$ 110,6 bilhões, registrado em 2017, para um déficit de R\$ 161,3 bilhões, que é a meta fiscal definida em lei para este ano. Como isso será feito?

O governo vai executar um colossal programa de gastos públicos para impulsionar o crescimento da economia e, para isso, pretende aumentar o buraco nas contas em R\$ 50 bilhões? Ou está na expectativa de uma nova recessão econômica, que derrubará de forma dramática a arrecadação tributária, tornando inevitável prever um déficit maior?

Nada disso ocorrerá, evidentemente, mas a sinalização que a meta fiscal de 2018 está dando é de que o governo executará uma política fiscal extremamente expansionista. Qual é o sentido de manter uma meta que não indica a preocupação com a responsabilidade fiscal? Nem mostra que o governo está realizando um esforço para equilibrar suas contas e evitar a insolvência da União?

Não faz sentido passar do déficit de R\$ 110 bi para R\$ 161 bi

Alguns analistas podem, maldosamente, especular que a generosa margem da meta deste ano esteja relacionada com as eleições de outubro. Ou seja, que o governo esteja capitulando à tentação de gastar muitos recursos para eleger o seu candidato à Presidência da República e os políticos que lhe são favoráveis. Se isso ocorrer, não será novidade nem no Brasil e nem no mundo. Existem, inclusive, estudos sérios mostrando que uma expansão fiscal maior em ano eleitoral é quase uma regra.

Em agosto do ano passado, preocupado com a intensidade da recessão econômica e com o seu efeito negativo sobre a receita dos tributos federais, o governo propôs elevar as metas de déficit primário de 2017, 2018 e 2019. Não era só a receita tributária que estava em queda, mas não existia uma expectativa muito favorável à obtenção de um montante expressivo de receita extraordinária, que tem sido, nos últimos anos, indispensável para o fechamento das contas.

Além disso, os problemas enfrentados pela ex-presidente Dilma Rousseff, principalmente com o Tribunal de Contas da União (TCU), por não ter feito uma

execução orçamentária em sintonia com a realidade financeira do Tesouro, estão levando as autoridades governamentais a estabelecer metas fiscais mais folgadas.

É compreensível que ninguém queira correr riscos, mas a continuidade dessa prática transformará a meta fiscal em um instrumento irrelevante. Existiam, no entanto, razões consideráveis para o governo propor a mudança das metas fiscais.

O que aconteceu no fim de 2017 surpreendeu até o analista mais otimista. Houve uma enxurrada de receitas extraordinárias e a arrecadação tributária começou a reagir de forma expressiva, em compasso com a retomada da atividade.

O resultado dessa reviravolta foi que a arrecadação líquida da União, depois das transferências de receitas para Estados e municípios, terminou 2017 com um aumento de 2,5%, em termos reais, na comparação com 2016.

Como o governo também controlou as despesas, que caíram 1% em relação a 2016, em termos reais, o déficit primário do governo central (Tesouro, Previdência e Banco Central) ficou em R\$ 118,4 bilhões, bem abaixo da meta de R\$ 159 bilhões prevista em lei. Os Estados e municípios registraram superávit primário de R\$ 7,5 bilhões em 2017, de acordo com dados do Banco Central divulgados ontem, ante uma previsão de déficit de R\$ 1,1 bilhão.

A expectativa para este ano é de uma melhora considerável da arrecadação tributária, embora algumas medidas propostas pelo governo não tenham sido aprovadas pelo Congresso. O governo perdeu, por exemplo, R\$ 6 bilhões com a não aprovação de mudanças na tributação dos fundos exclusivos de investimento. Perderá igualmente R\$ 5,8 bilhões, em termos líquidos, com a não aprovação da reoneração da folha de pagamentos de alguns setores da economia.

Existe ainda a perspectiva concreta de que o Congresso não aprove o projeto de privatização da Eletrobrás. O governo espera obter R\$ 12,2 bilhões com essa operação, que enfrenta resistências de muitos políticos.

Para compensar essas frustrações, o governo busca receitas extraordinárias e, ao que tudo indica, já encontrou uma: o megaleilão do excedente de petróleo da área repassada à Petrobras, em 2010, em cessão onerosa. **O Ministério de Minas e Energia** estima obter entre R\$ 80 bilhões e R\$ 100 bilhões em bônus de assinatura das áreas licitadas, o que seria suficiente para pagar o que a Petrobras reivindica na revisão do contrato de cessão onerosa e engordar o caixa do Tesouro neste ano.

Se essa receita extraordinária do petróleo ingressar mesmo nos cofres públicos, o governo não terá problema para fechar suas contas e poderá, até mesmo, reduzir o déficit primário para um valor inferior ao registrado no ano passado. Quem sabe inferior a R\$ 100 bilhões.

Mas quem garante que a montanha de dinheiro a ser obtida com o petróleo será usada para reduzir o rombo das contas públicas e não para aumentar os gastos? A dúvida surge principalmente porque o governo central tem uma meta a cumprir de déficit primário de R\$ 159 bilhões.

Além da generosa meta fiscal, o governo está autorizado, constitucionalmente, a aumentar os seus gastos deste ano em R\$ 89 bilhões. No ano passado, as despesas da União submetidas ao teto de gasto foram de R\$ 1,259 trilhão. Como o limite para a despesa em 2018 foi fixado em R\$ 1,348 trilhão, existe uma margem de R\$ 89 bilhões para ampliar o gasto.

Para se ter uma ideia do que isso significa, a despesa submetida ao teto em 2017 subiu R\$ 38 bilhões, na comparação com 2016. O governo está autorizado, portanto, a gastar mais do que o dobro disso em 2018.

Se a situação da receita tributária mudou para melhor e existe a expectativa de uma grande receita extraordinária com o petróleo, nada mais razoável do que fazer o movimento inverso ao de agosto do ano passado, mudando a meta fiscal para reduzir o déficit primário previsto para 2018. Esse seria o movimento mais adequado para mostrar o empenho do governo com uma política fiscal responsável.

Ribamar Oliveira é repórter especial e escreve às quintas-feiras

E-mail: ribamar.oliveira@valor.com.br

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Internacional

Autor: Jessica Summers | Bloomberg, de Nova York

Título: Produção de petróleo dos EUA supera 10 milhões de barris

A produção de petróleo dos EUA superou 10 milhões de barris por dia pela primeira vez em quatro décadas, num novo marco de uma mudança profunda no mercado global da commodity.

A marca foi alcançada semanas depois de o Departamento de Energia ter dito que os EUA estavam posicionados para um crescimento "explosivo" na produção de petróleo, que levaria o país a superar os gigantes Arábia Saudita e

Rússia neste ano. Novos projetos de exploração e técnicas de produção permitiram a exploração de bilhões de barris de petróleo em formações de rocha de xisto nos últimos dez anos, revertendo décadas de declínio na produção e tornando os EUA num exportador da commodity.

O anúncio também ocorre depois de a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) ter decidido no ano passado estender um acordo, firmado com outros grandes produtores, para reduzir a produção, em resposta ao excesso de oferta que, em parte, foi alimentado pelo xisto. Esse acordo finalmente começou a dar sinais de que está funcionando, com os preços se recuperando de um período de baixa de três anos. Depois de caírem para perto de US\$ 26 por barril, em 2016, o preço de referência do petróleo subiu para mais de US\$ 70 o barril em janeiro, e o petróleo americano segue a mesma tendência. Agora, o aumento da produção americana pode colocar em risco essa alta dos preços.

"Estamos começando a ver alguma mudança no sentimento do mercado de petróleo, considerando o fato de que a produção [americana] está realmente começando a crescer", disse Joseph Bozoyan, gestor de carteira da Manulife Asset Management, em Boston. "Esses números da produção dos EUA estão começando a tirar o impulso de alta do mercado de petróleo."

A produção nacional dos EUA subiu para 10,038 milhões de barris por dia em novembro, segundo informou ontem o Departamento de Energia. Esse é o maior volume desde novembro de 1970, de acordo com levantamento mensal realizado pela agência desde 1920. Essa marca ocorre em um momento que o petróleo tipo WTI é vendido em torno de US\$ 64 por barril, um valor que pode estimular ainda mais a produção do xisto.

A Bacia do Permian, no Texas e Novo México, deverá responder por quase 30% da produção neste ano. Esse é o principal campo de produção de petróleo de xisto e de aquisição de áreas de exploração desde o colapso dos preços da commodity. A produção do Texas, que também inclui a formação de Eagle Ford, contribuiu com 3,89 milhões de barris por dia em novembro, a maior entre todos os Estados americanos.

Ao contrário de projetos convencionais de petróleo, que podem levar muitos anos até entrar em produção, poços de xisto podem ser perfurados em duas semanas e a um custo de poucos milhões de dólares cada, o que significa que as empresas podem responder mais rapidamente às flutuações do mercado.

Os produtores de xisto responderam rapidamente à alta dos preços no ano passado colocando mais sondas de perfuração de em operação. Os planos das empresas sugerem que ainda há muito espaço para crescer. A Exxon Mobil anunciou nesta semana bilhões de dólares de investimento para aumentar cinco

vezes sua produção no Permian - onde o custo é de US\$ 15 o barril - nos próximos oito anos, para 500 mil barris/dia.

O Departamento de Energia estima que a produção americana vai atingir uma média de 10,3 milhões de barris por dia neste ano, e 10,9 milhões de barris por dia em 2019. Esse é um número que desafia a produção diária de menos de 10 milhões de barris por dia da Arábia Saudita em dezembro, e o quase 11 milhões de barris por dia da Rússia no ano passado. **(Com o Financial Times)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Eleições na Usiminas

No processo de escolha, por meio de votação, de um representante dos empregados a uma vaga no conselho de administração da Usiminas, Luiz Carlos Miranda foi reeleito com 74,2% (5.944) dos votos, vencendo as três outras chapas inscritas. A eleição ocorreu na segunda-feira. O que causou estranheza a concorrentes é que, pelas regras estabelecidas pela siderúrgica, o resultado só seria divulgado no dia 11. Mas, na tarde de terça-feira, segundo apurou o **Valor**, um jornal de Ipatinga, onde está a usina de aço da companhia, informava que Miranda havia sido vencedor com cerca de 80% dos votos. Medidas de impugnação do pleito vão ser avaliadas: além da irregularidade na divulgação do resultado, Miranda teria feito campanha fora do prazo legal. O novo conselho da empresa será definido na assembleia de 25 de abril.

Alavancagem da Petrobras

O presidente da Petrobras, Pedro Parente, disse ontem que o atual preço do petróleo pode acelerar o processo de equilíbrio das finanças da estatal. Se o preço do Brent se mantiver próximo aos US\$ 70 que tem marcado recentemente, a relação entre dívida líquida e resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) da companhia deve chegar a 2 vezes no fim deste ano, ante meta formal de 2,5 vezes. O executivo também confirmou que a petrolífera estuda vender uma fatia parcial ou toda a participação que possui na Braskem e a expectativa é que a reestruturação societária da petroquímica seja concluída já em 2018.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Camila Maia | De São Paulo****Título: Eletrobrás avança em venda de R\$ 4 bilhões**

A Eletrobrás está mais próxima de atingir uma parte fundamental do seu plano de reestruturação e redução do endividamento. Segundo Wilson Ferreira Junior, presidente da estatal, a venda de 74 sociedades de propósito específico (SPE) avaliadas em R\$ 4 bilhões no balanço da companhia deve acontecer até o fim de abril.

O executivo participou ontem do evento Latin America Investment Conference, do Credit Suisse.

A venda dessas empresas, que envolvem ativos de geração de energia eólica e de transmissão, é considerada fundamental para que a estatal reduza seu endividamento medido pela relação entre dívida líquida e Ebitda para menos de 3 vezes até o fim deste ano. Ao fim de setembro, o indicador era de 4,1 vezes.

Segundo Ferreira Junior, o cronograma da venda dos ativos será anunciado até o fim deste mês, quando será divulgado também o modelo da operação, se haverá ativos agrupados e outras características. Uma lista divulgada pela Eletrobrás em julho passado apresentou 58 SPEs de energia eólica e 16 de transmissão, incluindo a interligação do Madeira, de escoamento da energia das hidrelétricas do rio Madeira (RO) para o Sudeste, e a fatia da Eletrosul no linhão que está escoando energia de Belo Monte, no rio Xingu (PA), também para o Sudeste.

Os ativos em questão foram transferidos das controladas Eletrosul, Chesf, Eletronorte e Furnas para a holding, a fim de abater dívidas. A ideia era que fossem vendidos em seguida, mas o processo se arrastou e acabou levando mais tempo do que o previsto.

Muitas empresas sócias da Eletrobrás nesses ativos, como EDP Energias do Brasil e Cteep, já mostraram interesse em ficar com as fatias da estatal. Segundo Ferreira Junior, as conversas com essas empresas estão começando agora.

Outra parte importante do plano de reestruturação da companhia envolve a venda das distribuidoras, que devem ser licitadas até o fim de abril, segundo o executivo. A Medida Provisória (MP) 814, publicada no fim do ano passado pelo presidente Michel Temer, deve ajudar nesse objetivo, ao deixar os créditos que as empresas têm junto ao fundo setorial Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), no total de R\$ 8,5 bilhões, "mais líquidos."

Um dia antes da publicação da MP, o conselho de administração da Eletrobrás decidiu recomendar que os acionistas votem para manter esses créditos nas distribuidoras. A orientação divergiu da ideia anterior da administração da companhia, que trabalhava para que os créditos fossem assumidos pela holding, para ajudar a reduzir a dívida de R\$ 11,2 bilhões dessas concessionárias que já será assumida pela controladora. A votação vai acontecer em uma assembleia geral extraordinária (AGE) em 8 de fevereiro.

Isso aconteceu devido ao processo de fiscalização que está sendo realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) nos fundos setoriais. Até o momento, a fiscalização concluiu que as distribuidoras na verdade tem de devolver cerca de R\$ 4 bilhões. Se isso se concretizasse, e os créditos (ou débitos) fossem assumidos pela holding, haveria o risco de uma baixa contábil de mais de R\$ 12 bilhões na companhia, comprometendo seu processo de privatização.

"A MP 814 ajudou a tornar os créditos mais líquidos", disse Ferreira, explicando que, com isso, a Aneel poderá ter condições para concluir a fiscalização de forma mais favorável às distribuidoras.

Mesmo assim, não houve uma mudança na orientação do conselho aos acionistas, disse Ferreira Junior, completando que não pode antecipar uma decisão dos acionistas controladores.

Mais cedo, porém, em fala no evento, o executivo havia indicado que poderia haver uma mudança nessa interpretação, já que agora há uma chance maior de que os créditos das distribuidoras sejam "concretizados", devido às mudanças da MP 814. Independentemente da decisão, é importante que a Aneel termine a fiscalização dessas contas setoriais antes da venda das distribuidoras. "Para que tenhamos a confiança dos investidores, eles vão querer uma decisão final da Aneel antes do leilão. É o melhor que podemos ter", disse ele.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Ivo Ribeiro, Zínia Baeta e Alex Ribeiro | De São Paulo e do Rio

Título: Primos vão acionar Steinbruch na Justiça

Na disputa que envolve os acionistas controladores da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) - dois ramos da família Steinbruch -, o advogado que representa a CFL Participações, Ricardo Tepedino, do escritório que leva seu nome, afirma que a holding tomará medidas judiciais que ainda estão em estudo contra Benjamin Steinbruch, presidente e comandante da siderúrgica.

De um lado do embate familiar, que ganhou dimensão no último ano, estão os irmãos Léo Steinbruch - vice-presidente do conselho da CSN - e Clarice. São donos de 40% da holding que controla a CSN - a Vicunha Aços. Eles contestam a gestão de Benjamin Steinbruch, que está à frente da empresa desde que foi privatizada, em abril de 1993.

De acordo com Tepedino, o que se busca é uma solução final para o caso, "diante da dificuldade de governança e do temperamento autoritário de Benjamin Steinbruch, que não discute, mas dá ordens que espera sejam sempre cumpridas". "Ele [Benjamin] enxerga os sócios como vassalos", afirmou.

Segundo informou Tepedino, seus clientes da CFL vêm há mais de dois anos discutindo com os primos a partilha dos bens conjuntos. Mas, as propostas apresentadas a Léo e Clarice não têm atendido a seus interesses. A última delas teria sido extremamente prejudicial e, por esse motivo, mais uma vez não foi aceita. "Então, em um ato de retaliação, resolveram varrê-los da CSN e da Vicunha Têxtil", disse. De acordo com o advogado, a família Steinbruch possui uma associação de bens em comum.

Desde 1994, os negócios da família são controlados por duas holdings: a CFL, dos irmãos Clarice, Fábio (falecido alguns anos atrás) e Léo; e Rio Purus Participações, que abriga Benjamin e seus irmãos Ricardo e Elizabeth. A Rio Purus controla 60% das empresas em sociedade, enquanto a CFL tem os 40%. Na siderúrgica, a família de Benjamin tem, separadamente, mais 4,3% do capital, por meio da Iaco Participações.

O principal ativo dos vários negócios dos Steinbruch é a CSN, que atua na produção de aço, mineração de ferro, fabricação de cimento, logística de ferrovia e portuária e geração de energia. A empresa controla cerca de 50 empresas, entre operacionais - no Brasil, Estados Unidos, Alemanha e Portugal - e não operacionais. A companhia teve receita líquida de R\$ 17,64 bilhões em 12 meses, até setembro de 2017, com prejuízo de R\$ 322 milhões. Está entre os 40 maiores grupos do país.

As duas famílias também são donas da Vicunha Têxtil, um negócio que envolve quase dez empresas com atuação no setor e teve faturamento de R\$ 2,1 bilhões em 2016. Controlam ainda o Banco Fibra, entre outros, como distribuidora de gás, fazendas, administradoras e securitizadora de crédito imobiliário e até um haras.

O conflito entre os primos mostra uma relação oposta à dos pais - Mendel (pai de Benjamin) e Eliezer (de Clarice e Leo). Os dois irmãos, que fizeram uma sociedade harmônica entre eles, se uniram a Jaques Rabinovich, que permaneceu nos negócios até 2005. Mendel morreu relativamente novo e,

desde então, os negócios foram assumidos por Benjamin e Ricardo - a filha Elizabeth tem participação discreta. Ela faz o papel de conciliadora entre seus dois irmãos, que sempre viveram em pé de guerra, segundo relato de uma fonte ao **Valor**.

Enquanto viveu, Eliezer representava os três filhos, inclusive perante os filhos de Mendel. "Sempre havia um rumor de que os filhos de Mendel não viam a hora de se livrarem dos primos na sociedade, pois não trabalhavam nem participavam das negociações da família". Leo, desde 2015, é integrante do conselho da CSN e, em maio de 2016, assumiu a vice-presidência, abaixo de Benjamin, além outras empresas do grupo. Com o conflito, quer deixar essas atribuições.

É considerado uma pessoa amistosa, construtiva. A irmã, nos últimos tempos, questiona as decisões do primo na CSN e pede registros de tudo em ata. Já Benjamin - que toca a CSN desde 2002 - é considerado centralizador. O ápice das divergências ocorreu no fim de 2017 e se refletiu na assembleia de acionistas de janeiro.

Procurado pelo **Valor**, o empresário não se pronunciou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Ivan Ryngelblum e Renato Rostás | De São Paulo

Título: ArcelorMittal está otimista com mercado brasileiro

Após um 2017 positivo, a siderúrgica europeia ArcelorMittal está otimista com o desempenho das operações brasileiras neste ano, apostando que a recuperação da economia, principalmente do setor automotivo e de construção, impulsionará o consumo de aço.

Na apresentação dos resultados financeiros do quarto trimestre de 2017, a ArcelorMittal projetou que o consumo aparente de produtos siderúrgico deve subir de 6,5% a 7,5% no Brasil neste ano, o crescimento mais rápido de todas as regiões em que atua. "Os prospectos para 2018 no Brasil são bastante encorajadores", afirmou o diretor-financeiro da companhia, Aditya Mittal, em teleconferência com analistas realizada ontem.

A estimativa de consumo aparente está sustentada, diz o grupo, na recuperação da economia e da confiança do consumidor, com a demanda por aços longos também melhorando em meio à retomada da construção. No ano passado, o avanço foi de 4,6%.

Na China, que em 2017 bateu o recorde de produção de aço, o cenário é bem diferente: o gigante asiático tem as piores previsões. O consumo por lá provavelmente ficará próximo à estabilidade, com perspectiva que vai de queda de 0,5% a alta de 0,5%. No resto do mundo, excluindo China, a companhia espera alta de 1,5% a 2,5%.

A siderúrgica obteve no quarto trimestre de 2017 lucro líquido de US\$ 1,039 bilhão, aumento de 2,6 vezes em relação aos US\$ 403 milhões registrados no mesmo período de 2016. O lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) subiu 29%, para US\$ 2,141 bilhões.

A receita com vendas nos últimos três meses do ano passado cresceu 25% na comparação anual, de US\$ 14,126 bilhões para US\$ 17,710 bilhões.

O lucro da companhia veio acima do esperado pelo mercado. Segundo levantamento feito com analistas pela consultoria FactSet, a expectativa era de lucro líquido de US\$ 715 milhões. Já a receita ficou um pouco abaixo do esperado, uma vez que a expectativa era de US\$ 17,94 bilhões. Para o Ebitda, a estimativa era de US\$ 2,08 bilhões.

A receita foi beneficiada pelo crescimento de 4% na produção de aço, para 22,7 milhões de toneladas, e pelos embarques, que avançaram 5%, para 21 milhões de toneladas. Também ajudaram o crescimento no preço médio de venda de aço (20,4%) e o preço de mercado do embarque de minério de ferro (3,8%).

No Brasil, a receita cresceu 29%, para US\$ 2,52 bilhões, com o lucro operacional totalizando US\$ 266 milhões, alta de 86%. A produção de aço cresceu 7%, para 2,989 milhões de toneladas, com os embarques avançando 7,4%, a 3,052 milhões de toneladas.

No acumulado de 2017, a ArcelorMittal obteve um lucro líquido de US\$ 4,568 bilhões, alta de 2,5 vezes, e uma receita de US\$ 68,679 bilhões, avanço de 21%. O Ebitda cresceu 34,4%, para US\$ 8,408 bilhões.

"A combinação da melhora dos fundamentos do mercado e a entrega de nossos objetivos estratégicos contribuíram para que a empresa tivesse um ano bem sucedido", afirmou, em nota, o diretor-presidente da companhia, Lakshmi Mittal.

Segundo o presidente, a empresa continuará com o seu processo de redução da alavancagem neste ano, mas "investirá de forma seletiva em oportunidades que fortalecerão as fundações para a criação sustentável de valor". No ano passado, a dívida líquida recuou 9%, para US\$ 10,1 bilhões, levando a relação com o Ebitda a 1,2 vezes, enquanto em 2016 esteve em 1,6 vezes. Os analistas ouvidos pela FactSet aguardavam que a dívida totalizasse US\$ 9,9 bilhões.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Renato Rostás | De São Paulo****Título: Minério e petróleo dão continuidade a alta em janeiro**

O início deste ano deu continuidade à força das matérias-primas industriais, já demonstrada no quarto trimestre de 2017, apoiada, especialmente, no crescimento econômico mundial, além da disciplina de oferta em alguns setores. Minério de ferro e petróleo subiram no mercado internacional, em contraste com commodities agrícolas.

No curto prazo, a expectativa não é de correção rápida para baixo, mas provavelmente até o fim do ano haverá queda, projetam os analistas. Por enquanto, a performance anima os investidores. O banco BTG Pactual chegou a escrever, em relatório, recomendando que o setor de matérias-primas, "esquecido durante os últimos anos", tenha maior espaço dos portfólios de seus clientes.

O minério de ferro, por exemplo, fechou seu terceiro mês consecutivo de alta em janeiro, um avanço de 0,4%, para US\$ 72,92 a tonelada. O levantamento é feito pela "Metal Bulletin" no porto de Qingdao e tem como referência o produto com pureza de 62%.

Otimismo com as matérias-primas levou BTG a recomendar o setor, 'esquecido nos últimos anos'

Mesmo que a perda de fôlego observada nesta semana se estendesse, o desempenho em geral da commodity surpreendeu tanto positivamente durante as primeiras semanas do ano que a média seria maior. Até agora em 2018, a cotação média do insumo chega a US\$ 75,83, ante US\$ 71,75 em dezembro e US\$ 63,70 em novembro, por exemplo. Levantamento do **Valor** com 12 instituições financeiras aponta média de US\$ 61,25 em 2018. No ano passado, ela foi de US\$ 71,42.

Um dos principais motivos é a busca da China por minério de maior qualidade - com mais ferro e menos contaminantes -, principalmente pela questão ambiental. O combate do governo central à poluição chegou a limitar a produção de aço em algumas regiões, especialmente no norte. "Esse movimento já estava na conta do mercado", comenta Felipe Beraldi, analista da Tendências Consultoria Integrada. "Acredito que em todo o primeiro trimestre deve haver um aumento da média de preços."

Um dos riscos mais próximos, por outro lado, pode se materializar no próximo período, de abril a junho. As siderúrgicas chinesas já estarão liberadas de algumas barreiras ambientais e os mais de 150 milhões de toneladas de minério com menor qualidade em portos voltarão a fazer parte dos cálculos.

"Possivelmente, depois que o minério de menor qualidade voltar a fazer parte do jogo, vamos assistir a um achatamento dos prêmios pelo maior teor. A expectativa é mesmo que a rentabilidade das usinas da China seja reduzida nesse momento", diz Beraldi

Os analistas também enxergam arrefecimento do consumo chinês - que chegou ao maior nível da história em 2017 -, o que pode pressionar ainda mais as cotações. Ao mesmo tempo, mesmo com a disciplina da oferta pelas maiores mineradoras do mundo, ainda há perspectiva de algum aumento na produção ao longo do ano, no Brasil e na Austrália.

A queda de rentabilidade da siderurgia no gigante asiático provavelmente virá também com o menor espaço para valorização do aço, aponta Beraldi. "Até prevemos uma queda de 4% para a bobina a quente, mas é importante frisar que isso ocorre após uma alta de 33%", afirma. Como a Tendências calcula depreciação do real no ano, o efeito líquido deve ser de alta nos preços do aço no Brasil.

Para o petróleo, o mês foi ainda mais positivo. Na ICE Futures de Londres, o segundo contrato do barril tipo Brent encerrou ontem cotado em US\$ 68,89 cada, avanço de 4,1%, enquanto o WTI subiu 7,2% na Nymex, de Nova York, para US\$ 64,56.

Assim como no caso das outras commodities, o crescimento econômico internacional acima do esperado desde 2017 tem sustentado um visão mais otimista sobre o petróleo. Essa demanda acelerou o reequilíbrio do mercado, o grande motivo pelo qual a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) e seus aliados decidiram cortar a produção - mas a exploração não convencional tem crescido.

"A exposição dos fundos de hedge [alto risco] e a aposta dos investidores na alta dos preços torna a realização dos lucros uma questão de 'quando', e não 'se'. Seguimos cautelosos", afirma Norbert Rücker, chefe de análise de commodities no banco suíço Julius Baer. "A tendência de equilíbrio deve se desacelerar e até mesmo ser revertida."

O levantamento do **Valor** com 12 instituições financeiras mostra que os analistas estão, de fato, cautelosos. A média das projeções é de US\$ 58,80 para 2018. Nesta semana, contudo, o J.P. Morgan deu uma espécie de pontapé inicial

à revisão de estimativas: elevou sua expectativa para a cotação média de 2018, para US\$ 70. Esse nível, porém, elevaria a produção americana em 500 mil barris por dia.

MME / ASCOM .